

Autoplágio da pesquisa científica: questões éticas e visão de pesquisadores do Turismo e da Hospitalidade

Vanuza Bastos RODRIGUES¹

Mirian REJOWSKI²

Resumo: Este artigo tem por pretensão promover uma discussão sobre questões que envolvem a ética e o autoplágio em produções científicas advindas do turismo e da hospitalidade. Tem-se como objetivo geral analisar as opiniões dos pesquisadores, que atuam como coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo e Hospitalidade, sobre a utilização de autoplágio em artigos acadêmicos. Por objetivos específicos, pretende-se: a) verificar sob quais aspectos o pesquisador/coordenador se pauta no momento de utilizar sua produção anterior para a realização de um novo artigo; b) se o pesquisador/coordenador faz uso da autocitação ou se ele se enquadra no que preconiza o Direito autoral e a Constituição Federal quanto a sua flexibilidade de uso da sua produção; e c) analisar, de acordo com as respostas recebidas, se o pesquisador/coordenador considera a autocitação sem identificação aos trabalhos publicados. Metodologicamente, adotou-se a entrevista semiestruturada para a coleta de dados que, posteriormente, foram tratados utilizando a Análise de Conteúdo. Os resultados apontaram uma forte tendência pela adoção dos critérios estabelecidos pelo CNPq.

Palavras-chave: Pesquisa científica. Ética. Autoplágio. Turismo. Hospitalidade.

Introdução

Questões referentes a ética frequentam as mentes humanas desde a antiguidade. Envolvem todas as formas das relações sociais evidenciando o bem individual e o bem coletivo, visto que todo “empreendimento humano, por mais desinteressado que seja, está de fato, submetido à questão de saber se é justificado ou não, necessário, admissível ou repreensível, de acordo com os valores reconhecidos ou em contradição com eles” (Chanlat, 1992, p. 69).

Segundo Srour (2000), existem diferenças entre moral e ética, sendo que a primeira trata dos valores e regras de comportamento, estabelecendo um código de conduta aceito por uma coletividade. A segunda trafega no plano da teorização dos costumes das coletividades fundamentados na moral que lhes dão forma e consistência. A moral tem como características a multiplicidade, a transitoriedade e a efemeridade, que, segundo o autor, propicia os embates entre as diversas ideologias que representam os interesses variados e contraditórios. Tem sua origem em uma relação de forças.

A questão-chave dos problemas da moralidade repousa no conflito de interesses. Numa primeira instância, os interesses pessoais contrapõem-se

¹ Doutoranda em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi. Mestre em Administração. Especialista em Novas Tecnologias da Informação. Bacharel em Biblioteconomia. Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: vanuzabastos@bol.com.br

² Livre Docente em Teoria do Turismo e do Lazer; Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação; Bacharel em Turismo. Professora Titular do Mestrado e Doutorado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. Professora Sênior da Universidade de São Paulo, Pesquisadora PQ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: mirwiski@gmail.com

a *tutti quanti* interesses coletivos – familiares, paroquiais, corporativos, empresariais, comunitários, classistas, de categorias sociais, nacionais ou supranacionais. Numa segunda instância, algum tipo de interesse coletivo pode contrapor-se a outros de igual ou maior abrangência. A não ser o egoísmo que expressa, *in extremis*, os interesses privados e pessoais, toda moral é sempre a moral de algum agente coletivo. A eficácia de qualquer moral depende dos apoios políticos ou dos agentes que suporta, bem como do arsenal de sanções de que dispõem para fazer valer seus ditames – sejam eles dogmas, sejam eles propósitos (Srouf, 2000, p. 34).

Para Maximiano (2004), a ética trata da definição e avaliação do comportamento das pessoas e das organizações, do que é diferente, da aprovação e da reprovação, do comportamento observado em relação ao comportamento esperado ou ideal, definido pelo Código de Ética ou de Conduta que são constituídos pelos valores que influenciam as convicções religiosas, ideológicas, políticas e econômicas. E estes valores, por sua vez, surgem por meio dos usos e costumes de uma sociedade que aprovam ou não os comportamentos de um indivíduo ou empresa.

Ressalta-se que os códigos de ética e conduta, apesar da sua base histórica, possuem por característica a mutabilidade, mas sem deixar de controlar e possibilitar o avanço da ciência por meio do impedimento de ações intencionais ou negligentes que possam transgredir ou colocar em perigo o coletivo científico e social (Santos, 2011).

O aumento das publicações acadêmicas brasileiras começaram a chamar a atenção da comunidade científica, pois, além do crescimento do número de pesquisadores, paralelamente, cresceu as exigências dos órgãos de apoio à pesquisa e das instituições de ensino junto aos profissionais da educação, em consequência, estudos apontam para um produtivismo acadêmico onde não faltam exemplos que ferem a ética e a má conduta. Corroborando com esse raciocínio encontram-se Kuenzer e Moraes (2005) e Mattos (2008) ao afirmarem que a constante coação por publicação geram ações de trabalho que se tornam corriqueiras e que são consideradas metodologicamente aceitas desde que supram as exigências instituídas de produção. Ou seja, o importante é publicar.

As avaliações realizadas pelos periódicos e pelos eventos acadêmicos apontam para os aspectos referentes ao plágio e o autoplágio, sendo que o primeiro encontra amparo legal na legislação dos Direitos Autorais, na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nas normas da American Psychological Association (APA) e de Vancouver. O segundo, a autocitação, de acordo com Saraiva e Carriéri (2009), pelo menos no Brasil, é quase rara essa prática, deixando em aberto o fato de ser ética ou não. Eles destacam a crença de alguns pesquisadores de que a "autocitação é um elemento comum na produção científica, e que cumpre o papel de estabelecer elos entre trabalhos recentes e trabalhos mais antigos" (Saraiva & Carriéri, 2009, p. 166).

Observa-se que várias áreas do conhecimento científico estão discutindo essa tema, seja a Ciências Humanas, as Ciências Exatas e, com mais antecedência, as Ciências Biológicas em função do desenvolvimento científico da medicina.

Partindo deste contexto, buscou-se no debate da autocitação artigos que privilegiassem a preocupação com esse tema nas Ciências Humanas Aplicadas, especificamente em Turismo. Em função do resultado sem relevância em bases de dados acadêmicas, este artigo apresenta a seguinte questão? Qual a opinião de pesquisadores e professores de turismo sobre a utilização do autoplágio?

Por objetivo geral, este artigo tem a pretensão de analisar as opiniões de pesquisadores, que atuam como coordenadores de programas de pós-graduação stricto sensu em Turismo e Hospitalidade, sobre a utilização de autoplágio em artigos acadêmicos. Por objetivos específicos, pretende-se: a) verificar sob quais aspectos o pesquisador/coordenador se pauta no momento de utilizar sua produção anterior para a realização de um novo artigo; b) se o pesquisador/coordenador faz uso da autocitação ou se ele se enquadra no que preconiza o Direito autoral e a Constituição Federal quanto a sua flexibilidade de uso da sua produção; e c) analisar, de acordo com as respostas recebidas, se o pesquisador/coordenador considera a autocitação sem identificação aos trabalhos publicados anteriormente, um comportamento ético ou não.

Para a realização dessa pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, adotou-se como metodologia a entrevista semiestruturada aplicada em cinco pesquisadores/coordenadores de programas de pós-graduação stricto sensu em Turismo e Hospitalidade. Para a análise dos dados coletados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, sob a modalidade da Inferência (Bardin, 1977).

Questões éticas na produção acadêmica

No âmbito da comunidade acadêmica, Santos (2011) ressalta a importância da coletividade do trabalho científico na organização das regras que regulam a construção das reputações científicas, das relações de confiança, dos prêmios e recompensas, bem como das sanções e penalidades.

Os debates sobre a ética na produção acadêmica podem ser considerados ações recentes, pois, por muito tempo, pautou-se pelos pressupostos da integridade de todo o processo de pesquisa, desde a escolha do tema, procedimentos e resultados até a sua publicação em periódicos ou apresentação em congressos.

Para Santos (2011), ações contrárias a estes pressupostos, intencionais ou por negligência, são consideradas condutas éticas impróprias e que corrompem a integridade de toda a pesquisa. Corroborando com a autora, Russo (2014) também disserta sobre esta questão ao afirmar que o interesse e a preocupação sobre a ética e a integridade no mundo acadêmico só passou a ser discutida a partir da década de 1980, nos Estados Unidos, quando foram identificadas fraudes em várias publicações científicas advindas de instituições e pesquisadores de renome que, por seu lado, temeram que essas ações fraudulentas colocassem em dúvida as pesquisas e a credibilidade da ciência.

Com o intuito de sanar ou minimizar a repercussão das fraudes tanto as universidades americanas como as europeias se organizaram para propor e providenciar códigos de ética e de conduta em pesquisa. Segundo Russo (2014, p. 191), nos “Estados Unidos foi criado o

Office Research Integrity (ORI) ligado às instituições de pesquisa e universidades, o qual passou a vincular os financiamentos de pesquisa à política de integridade". E, em seguida, no ano de 2000, a Fundação Europeia de Ciência também publicou o seu "código de boas práticas".

O tema da ética e da integridade em pesquisa despertou a atenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e ainda,

[...] a primeira conferência mundial sobre o tema foi realizada em 2007 na cidade de Lisboa e teve como objetivo sensibilizar cientistas e editores para a necessidade de promover a conduta responsável na ciência. A segunda conferência mundial deu-se em julho 2010, Singapura, e trouxe como novidade a redação do primeiro documento-guia para a responsabilidade na pesquisa. A terceira conferência mundial foi realizada em 2013 em Montreal (Canadá) e teve como grande eixo temático as questões sobre correção na publicação da literatura científica e sobre credibilidade da ciência junto à sociedade. A quarta conferência mundial, agendada para 2015, será sediada no Brasil, ampliando nossa oportunidade para a discussão desse debate dentro do contexto mundial (Russo, 2014, p. 191)

Se mantendo atualizado com esse contexto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por intermédio da portaria PO-085/2011, de 5 de maio de 2011, constituiu uma comissão composta por pesquisadores brasileiros com a finalidade de "propor recomendações e diretrizes sobre o tema da Ética e Integridade na Prática Científica" (CNPq, 2011, p. 1).

O relatório apresentado por essa comissão recomenda ao CNPq a adoção de ações preventivas e educativas bem como as que inibem as más condutas, inclusive, utilizando mecanismos de punição, visto que a falta de ética nas produções científicas produzem danos no desenvolvimento da ciência, retardam o avanço do conhecimento que afetam a sociedade e a economia brasileira.

A comissão instituída pelo CNPq (2011) definiu como modalidades de fraude em publicações:

- a) apresentação de dados ou resultados falsos (fabricação de resultados);
- b) manipulação inadequada de resultados por meio da alteração do seu significado, interpretação ou confiabilidade (falsificação);
- c) posse de textos, resultados de pesquisa e conclusões sem fazer as devidas citações e referências aos autores (plágio);
- d) utilização dos próprios textos em apresentações ou publicações diversas sem fazer referência aos trabalhos já apresentados ou publicados (autoplágio).

É de competência dessa comissão avaliar as denúncias e examinar as ocorrências. Havendo veracidade no fato denunciado ela encaminhará para especialistas da área nomeados *ad hoc* para que realizem uma investigação mais contundente e se pronunciem por intermédio de pareceres que serão avaliados pela diretoria executiva do CNPq.

Autoplágio na produção científica

Adotando para este artigo a definição do CNPq (2011, p. 3) para o autoplágio - "consiste na apresentação total ou parcial de textos já publicados pelo mesmo autor, sem a devida referência aos trabalhos anteriores", faz-se coerente apresentar as diretrizes de boas práticas em produção científica definidas pela Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq para esta modalidade de fraude.

5: Quando se submete um manuscrito para publicação contendo informações, conclusões ou dados que já foram disseminados de forma significativa (p.ex. apresentado em conferência, divulgado na internet), o autor deve indicar claramente aos editores e leitores a existência da divulgação prévia da informação.

6: se os resultados de um estudo único complexo podem ser apresentados como um todo coesivo, não é considerado ético que eles sejam fragmentados em manuscritos individuais.

7: Para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações (CNPq, 2011, p. 3).

Observa-se a pouca literatura acadêmica que propõe uma discussão mais exaustiva sobre o tema. A preocupação permeia várias áreas do conhecimento, mas sem encontrar um consenso por parte dos pesquisadores.

Chrousos *et al.* (2012) afirmam que o termo autoplágio é um oxímoro tanto no sentido literal quanto em sua perspectiva legal, mas que ainda não se encontra definido devidamente. Completando, Gimenez, Gimenez e Bortulucce (2014, p. 1) explicam que oxímoro é a “união de termos contraditórios, pois significa plagiar a si mesmo”, o que, nesse caso, configura um “paradoxo conceitual”. Além disso, ainda afirmam não haver uma legislação que confira a ilegalidade do ato e a Constituição Federal de 1988 garante aos autores o direito de uso e reprodução dos seus estudos e obras, deixando as discussões na esfera da ética e da conduta aceitável. Culebras, Lorenzo e Sanz-Valero (2009) e Gimenez, Gimenez e Bortulucce (2014) identificaram quatro modalidades de autoplágio: publicação duplicada; publicação fragmentada, publicação aumentada com novas informações; e reciclagem dos textos trocando alguns termos por outros com o mesmo significado.

Os estudos de Culebras, Lorenzo e Sanz-Valero (2009), Roig (2014), Kravitz e Feldman (2010) e (Bretag & Mahmud, 2009) sobre o autoplágio apontaram os seguintes aspectos:

- a) duplicação de artigos: configurando a redundância ou múltipla submissão (Roig (2014). Segundo o autor, essa ação é frequentemente verificada entre professores e alunos das universidades, pois a apresentação de artigos em eventos acadêmicos e sua posterior publicação em periódicos científicos abrem as possibilidades para promoções no âmbito profissional e facilidades na continuidade de suas pesquisas;
- b) reutilização de estudos publicados ou parte deles: prática também identificada por Kravitz e Feldman (2010) e, a princípio, até acreditam que, guardando as devidas proporções, podem ser benéficas. Sugerem aos autores que ao submeterem

artigos que já foram publicados anteriormente comuniquem aos editores responsáveis pelo periódico científico, sabendo de antemão que tudo tem o limite do aceitável Culebras, Lorenzo e Sanz-Valero (2009);

- c) aceitação de reutilização dos trabalhos: apesar de não haver uma regra clara da porcentagem aceita pelos editores os novos usos de um trabalho, encontra-se em aceitação margens que variam de 10% a 30% do conteúdo (Bretag & Mahmud, 2009), visto que o estudo publicado pode apresentar fundamentos para uma nova argumentação e aperfeiçoamento da pesquisa.

Academicamente, supõe-se que os impactos provocados pelo autoplágio são significativos. Culebras, Lorenzo e Sanz-Valero (2009) citam:

- a) .transgressão da realidade, pois os leitores acreditam que estão diante de um novo estudo que apresenta informações originais;
- b) provoca danos na reputação do periódico científico, por distorcer o seu objetivo principal de divulgar estudos originais;
- c) ocupa o tempo de revisores, editores, leitores e de todos os envolvidos com a produção do periódico, sua divulgação e indexação nas bases de dados e bibliotecas;
- d) ocupa um lugar nos periódicos que poderiam ser destinados a artigos inovadores;
- e) dificulta o processo de investigação por parte dos pesquisadores; e
- f) dificulta e confunde o processo de comunicação científica.

Percebe-se que as questões que envolvem o autoplágio são controversas, mas também pontuais, pois percorrem os caminhos do que está legalizado como também aqueles que fazem parte da moral, ética e dos códigos de conduta, fazendo-se necessário ampliar o debate em toda a comunidade científica, inclusive, sobre os efeitos positivos e negativos dessa prática.

Análise e discussão dos resultados

Para alcançar os objetivos propostos neste artigo realizou-se uma entrevista semiestruturada, que foi encaminhada via *e-mail*, para quatro pesquisadores/professores de uma instituição superior de ensino privada. A análise das respostas teve como base a Análise de Conteúdo, sob a modalidade da Inferência, por se apoiar nos elementos clássicos que constituem o processo de comunicação: a) emissor da mensagem: a mensagem pode ser enviada por um indivíduo ou um grupo de indivíduos; b) receptor: pode ser um indivíduo, um grupo de indivíduos ou um grande número de indivíduos, e nessa visão, a mensagem tem por finalidade, por meio da sua função instrumentar de comunicar, agir ou adaptar-se. Consequentemente, fornecerá informações sobre o receptor; e c) mensagem: a análise de conteúdo consiste na "análise da própria mensagem". Mas, alerta-se para o fato de que, muitas vezes, "os conteúdos encontram-se ligados a outra coisa, ou seja, aos códigos que contêm, suportam e estruturam esta significação, ou então a significações 'segundas' que estas primeiras escondem" (Bardin, 1977, p. 135). A análise de conteúdo, na modalidade da inferência procura verifica e extrair os símbolos, os valores e os mitos escondidos nas

entrelinhas, mas que se movem e agem discretamente sob o manto do primeiro sentido do conteúdo.

Para a primeira pergunta da entrevista: *O que você considera autoplágio?* As declarações obtidas foram:

Considerando que a produção científica é uma atividade crescente e constante. Acho que produções subsequentes avançam sobre as primeiras. Trabalha-se um achado de pesquisa, um conceito e se vai aprimorando o conceito. Vejo os livros de (nome do autor retirado pela autora), ele retoma os conceitos anteriores e avança, criando outros derivados do antigo. Mas repete. Assim, nem considero autoplágio. A gente cria é em cima do que já existe mesmo. Agora, se republico sem mudanças, penso ser um autoplágio. (Entrevista 1)

O autor copiar exatamente o que escreveu em outros estudos. Considerando construção teórica que servirá de base para as análises, objeto de estudo, metodologia e resultados. (Entrevistado 2)

Cópia literal de parte do trabalho, sem nenhuma referência, em nota de rodapé ou de fim, ou ainda, citação do trabalho e das partes do trabalho anterior utilizado sem informação ao leitor. (Entrevistado 3)

Não existe autoplágio, e sim, recursividade na construção de um processo de análise, pesquisa e pensamento de uma teoria, ideia ou objeto de construção. O conhecimento está sempre em construção. (Entrevistado 4)

Utilização de texto já publicado pelo autor, como se fosse material inédito. (Entrevistado 5)

De acordo com as declarações, observa-se que os entrevistados 1 e 4 não consideram como autoplágio a reutilização de textos publicados anteriormente, pois acreditam que essa prática faz parte de uma construção do conhecimento científico, indo ao encontro da afirmação de Bretag & Mahmud (2009) de que seu conteúdo pode apresentar fundamentos para uma nova argumentação e aperfeiçoamento de uma pesquisa. Ressaltando o final da declaração do Entrevistado 1, que considerada autoplágio, somente quando não há qualquer alteração no texto anterior. Ou ainda, quando afirma:

Mas, pelo fato de ser meu tenho autoridade para retrabalhar o texto. Ou por exemplo: publiquei em inglês na Europa, poucos chegarão a esse texto. Republicuei agora no congresso de Cuba e não me constrangi. Só que agora em português. (Entrevistado 1)

De outro lado, os entrevistados 2, 3 e 5 corroboram a explicação fornecida por Kravitz e Feldman (2010) de que guardando as devidas proporções, podem ser benéficas, mas defendem que os autores ao submeterem artigos que já foram publicados devem comunicar aos editores responsáveis pelo periódico científico, e ainda, fazer as devidas autocitações e referenciá-las corretamente, como sugere a comissão do CNPq (2011).

As respostas obtidas para a segunda pergunta - Quando o autor submete um artigo que contém informações, dados ou conclusões que já foram disseminados em encontros ou publicações científicas, você concorda que os editores e leitores devem ser comunicados previamente? Dê sua opinião -, as opiniões de três entrevistados foram semelhantes ao concordarem de que os editores e responsáveis pelos periódicos científicos deveriam ser informados sobre a apresentação ou publicação anterior, como pode ser observado nas opiniões dos entrevistados 1, 2, 3 e 5, como pode ser observado a seguir.

Quando é republicação sempre se põe em rodapé a informação: 'esse texto foi apresentado no Congresso X no ano x e está sendo reapresentado, com atualizações. (Entrevistado 1)

Se o autor apresentou o trabalho em algum evento, quando ele se converte em artigo para publicar em revista, deve atender ao solicitado pelas revistas, pois algumas pedem outras não. Com relação a publicações científicas, as informações (teóricas, de caracterização do objeto, construção da metodologia, resultados, figuras, etc., devem conter a fonte original. (Entrevistado 2)

Fundamental que o artigo informe não apenas aos editores mas a toda comunidade científica que o trabalho tenha sido publicado na íntegra ou parte dele já tenha sido veiculado a presente pesquisa. (Entrevistado 3)

Sim, sempre e quando exista um canal de comunicação que permita o envio da informação ou a orientação clara dos editores para identificação de etapas distintas da mesma pesquisa. (Entrevistado 5)

Percebe-se que, a maioria, adota uma postura que vai ao encontro do que é preconizado por Kravitz e Feldman (2010) e o CNPq (2011) ao sugerem aos autores que, no momento da submissão dos artigos que já foram publicados, comuniquem esse fato aos editores responsáveis pelo periódico científico. Porém, o Entrevistado 4, apresenta uma opinião diferente.

Dependendo de como for estruturado o artigo/ensaio, mas se a temática é do campo de pesquisa do autor não tem porque, as referências já indicaram a trajetória da construção dos dados. (Entrevista 4)

A declaração do Entrevistado 4, de certa maneira, se sustenta na afirmativa de Bretag e Mahmud (2009) de que mesmo não havendo uma regra mais explícita sobre o assunto o estudo publicado pode apresentar fundamentos para uma nova argumentação e aperfeiçoamento da pesquisa.

Em relação à terceira pergunta - *Qual a sua opinião sobre a fragmentação de uma pesquisa para gerar vários textos individuais que poderiam ser apresentados em eventos acadêmicos ou publicados em revistas científicas?* -, as respostas foram:

Sou a favor. Desde que seja possível e tenha lógica. (Entrevistado 1)

Sou favorável. Os resultados da pesquisa podem ser apresentados no todo e/ou em partes, dependendo do interesse e necessidade dos

pesquisadores. Sempre considerando a qualidade da pesquisa e da forma de socializar o conhecimento. (Entrevistado 2)

Entendo que são duas situações. Considerando o evento científico é *lócus* para a discussão das pesquisas e seus resultados. Não vejo problema que fragmentos dos trabalhos sejam apresentados e discutidos nos eventos. No caso das revistas, em se tratando de um trabalho em consolidação, a fragmentação pode corroborar com o produtivismo e a parcialidade do estudos para o campo do turismo. (Entrevistado 3)

Diante da paranoia produtivista da CAPES é a única forma do pesquisador dar conta das pontuações exigidas. Tudo virou mercadoria. (Entrevistado 4)

O *salami slicing* prejudica a comunicação científica, já que os fragmentos nem sempre são apresentados como tal; o leitor pode simplesmente pensar que se trata de uma pesquisa sem importância.

A declaração do Entrevistado 5, vai ao encontro da afirmativa de Culebras, Lorenzo e Sanz-Valero (2009) ao explicarem que essa prática transgride a realidade ao levarem o leitor a acreditar que trata-se de novas informações científicas sobre um determinado assunto, consequentemente, dificultando o processo de investigação por parte de outros pesquisadores. Porém, afirmações dos entrevistado 1, 2, 3, 4, de certa maneira, encontram fundamento na explicação sobre a aceitação desde que observada as margens que variam de 10% a 30% do conteúdo (Bretag & Mahmud, 2009), como também em Roig (2014) a afirmar que a apresentação de artigos em eventos acadêmicos e sua posterior publicação em periódicos científicos abrem as possibilidades para promoções no âmbito profissional e facilidades na continuidade de suas pesquisas. E ainda, em Saraiva e Carrieri (2009), Mattos (2008) e Kuenzer e Moraes (2005) sobre a constante pressão e coação para a elevação da quantidade de artigos apresentados e publicados pelos pesquisadores/coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Turismo e Hospitalidade por parte das instituições de ensino e pesquisa.

Considerações finais

Mediante à pergunta central e o objetivo geral deste artigo, considera-se o que o autoplágio ainda permanece em uma dimensão indefinida para os pesquisadores/professores, principalmente por estar relacionado com a questão do Direito autoral bem como a Constituição Federal que lhe oferece garantia de uso da sua produção.

Quanto ao primeiro e segundo objetivos específicos, percebeu-se que o professor/pesquisador tende a utilizar a autocitação, mas ainda, com certa restrição por considerar que o texto lhe pertence e, na certeza da sua segurança no Direito autoral. Outro aspecto significativo está nas cobranças por parte das instituições de ensino para a constante publicação entre outros afazeres educacionais que lhes tomam tempo para a dedicação à pesquisa e produção de texto.

Em relação ao terceiro objetivo específico, considerou-se que a questão da autocitação em relação à ética acadêmica está começando a fazer parte das decisões de como fazer, de como citar, como referenciar e quando usar um conteúdo já disseminado.

Percebeu-se a forte presença da "minha pesquisa", do meu texto" e, por isso, "posso fazer uso dela da minha maneira" para desenvolver outros trabalhos. De outro lado, observou-se também uma preocupação maior em comunicar aos editores e leitores a reutilização de uma produção para publicação.

Assim, pode ser considerado que este artigo alcançou a sua intenção, ou seja trazer para o âmbito de uma faculdade de turismo de uma instituição de ensino superior particular o início de um debate sobre a ética acadêmica sobre o tema ainda recente no Brasil que é o autoplágio.

Referências

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Chanlat, J. (1992). A caminho de uma nova ética das relações nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 32(3), 68–73.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2011). *Ética e integridade na prática científica: relatório da comissão de integridade de pesquisa do CNPq*. Recuperado em 5 abril de 2015, de http://www.memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm

Culebras, J. M., Lorenzo, A. G. & Sanz-Valero, J. (2009). Reflexiones en torno a los conflictos éticos de la literatura científica: la publicación repetitiva, duplicada o redundante. *Nutr Hosp.*, 24(4), p. 375-377. Recuperado em 9 de março de 2015, de <http://scielo.isciii.es/pdf/nh/v24n4/editorial.pdf>

Chrousos, G. P., Kalantaridou, S. N. , Margioris, A. N. & Gravanis, A. The 'self-plagiarism' oxymoron: can one steal from oneself? *European Journal of Clinical Investigation*. 2012. Recuperado em 11 abril de 2015, de http://www.researchgate.net/profile/Achilleas_Gravanis/publication/221769632_The_%27selfplagiarism%27_oxymoron_can_one_steal_from_oneself/links/00b7d531da295c386e000000.pdf

Kravitz, R. L. & Feldman, M. D. (2011). From the Editors' Desk: Self-Plagiarism and Other Editorial Crimes and Misdemeanors. *J Gen Intern Med.*, 26(1), 1. Recuperado em 8 abril de 2015, de http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3024110/pdf/11606_2010_Article_1562.pdf

Kuenzer, A. Z. & Moraes, M. C. M. (2005). Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e Sociedade*, 26(93), 1341-1362.

Maximiano, A. C. A. (2004). *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas.

Mattos, P. L. C. L. (2008). Nós e os índices: a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 48(2), 144-149.

Roig, Miguel. (2014). *Avoiding plagiarism, self-plagiarism, and other questionable writing practices: A guide to ethical writing*. ST. John's University. Recuperado em 10 abril 2015, de <https://ori.hhs.gov/images/ddblock/plagiarism.pdf>

Russo, M. (2014). Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. *Estudos Avançados*, 28(80), 189-198.

Citações e não citações na produção acadêmica de estratégia no Brasil: uma reflexão crítica. *R. Adm.*, 44(2), 158-166. Recuperado em 28 março 2015, de www.rausp.usp.br/download.asp?file=V4402158.pdf

SROUR, R. H. (2000). *Ética empresarial*. Rio de Janeiro: Campus.